

Acta n.º 2

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2010

Aos catorze dias do mês de Julho do ano de dois mil e dez, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu na Biblioteca Municipal António Botto, nos termos do decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações produzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, o Conselho Municipal de Educação, tendo comparecido os membros constantes da lista de presenças que será anexa a esta acta (anexo 1).

A Sr.ª Vereadora da Educação, na qualidade de Presidente do Conselho Municipal de Educação, declara aberta a reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Balanço da actividade do 3º período do ano lectivo 2009/2010
3. Avaliação Mocho XXI
4. Novos Centros Escolares
5. Análise e Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 Junho
6. Preparação do ano lectivo 2010/2011
7. Outros assuntos

A Sra. Vereadora da Educação iniciou a reunião com o primeiro ponto da ordem de trabalhos:

1. Informações

Relativamente a este ponto, a Sra. Vereadora da Educação, Celeste Simão, começa por fazer o ponto da situação sobre os assaltos às escolas desde 2007. Informa que todos eles foram participados de imediato a quem de direito e que os registos das ocorrências foram efectuados. Salienta que durante o período de férias escolares, os portáteis do projecto Mocho XXI são levantados por questões de manutenção e segurança.

Informa também que se comemorou, em parceria com os Serviços Municipalizados de Abrantes e a Divisão de Educação e Acção Social do Município de Abrantes, o Dia Mundial da Água, com a realização de um concurso para as escolas de 1º ciclo.

Relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular, informa que já se está a preparar o início do próximo ano lectivo. Foi já feita a avaliação e uma reunião com as Associações de Pais e empresa responsável por estas actividades.

No que respeita aos transportes escolares, diz que o município está já a ultimar os procedimentos necessários para garantir que o ano lectivo comece com toda a tranquilidade.

Informa ainda que decorreu, com o apoio do Governo Civil de Santarém, uma actividade no âmbito da Prevenção Rodoviária, que resultou muito bem.

Após este período, a Sra. Vereadora da Educação questiona os presentes se eventualmente têm alguma informação a dar, no âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, o que não acontece, pelo que se passou de imediato ao seguinte ponto da ordem de trabalhos.

2. Balanço da Actividade do 3º período do ano lectivo 2009/2010

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a Presidente do CME solicita aos restantes membros que, apesar do balanço ser oral, facultem uma cópia escrita do mesmo, para que os documentos fiquem disponíveis para consulta.

De seguida, solicita à representante da DRELVT, Isabel Cartaxo, que faça a primeira intervenção neste ponto da ordem de trabalhos. Esta refere que as actividades do 3º período decorreram dentro da normalidade e que os projectos e planos de actividades das escolas se cumpriram. Refere ainda que a rede escolar do concelho de Abrantes sofreu reorganização, mas a mesma será falada mais à frente. Salaria alguns projectos com prémios para os alunos/professores/escolas, que foram devidamente reconhecidos.

De seguida a presidente do CME passa a palavra ao representante das Juntas de Freguesia, o qual refere que as mesmas, de uma forma geral, têm apoiado as actividades das escolas na parte protocolada e muitas vezes excedendo mesmo os próprios protocolos.

A representante dos docentes do Ensino Superior Público, Cláudia Pires da Silva, informa que não tem muito a acrescentar desde o último CME e que as actividades estão todas a decorrer dentro da normalidade.

O representante dos docentes do Ensino Secundário Público, João Pedro, refere que entre os docentes existe uma angústia relacionada com as ultimas noticias sobre o arranque do próximo ano lectivo, o que tem efectivamente provocado uma certa ansiedade. Não obstante, a actividade dos docentes do secundário foi normal, apesar de todas estas vicissitudes.

A representante dos docentes do Pré-escolar, Maria João Ferreira, refere que as actividades foram totalmente cumpridas em todos os jardins-de-infância e que a participação que todos tiveram nas actividades pedagógicas promovidas pelo Município de Abrantes foi avaliada de forma positiva. Salaria ainda que os almoços e actividades de apoio à família no pré-escolar estão a decorrer dentro da normalidade e muito bem, prevendo-se continuidade no próximo ano lectivo. Apresenta de seguida uma síntese da avaliação do 3º Período das actividades da educação pré-escolar, dos quatro agrupamentos de escolas (Anexo 2).

Os representantes das Associações de Pais referem que o 3º período foi igual aos restantes e que não têm nada a acrescentar.

O representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Ernesto Jana, da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, informa que o jardim-de-infância da sua instituição também foi assaltado e que levaram equipamento informático e produtos alimentares.

A representante dos Serviços Públicos de Saúde, Paula Gil Telo, refere que, no geral, as actividades no âmbito da promoção da saúde e a articulação com as escolas correu relativamente bem e que também no âmbito da saúde oral a articulação com a Câmara Municipal foi positiva. Lança ainda o desafio para a adesão a um projecto que já existe noutros concelhos, que é o Regime da Fruta Escolar.

A representante dos Serviços de Segurança Social, Dora Grácio, refere que as actividades decorreram, dentro da normalidade.

O representante dos Serviços Públicos na área da Juventude e do Desporto, Manuel Valamatos dos Reis, informa que o Conselho Municipal de Juventude de Abrantes está constituído de acordo com aquilo que é a lei.

Relativamente às Forças de Segurança, o representante da Polícia de Segurança Pública, João Cabau, refere que tudo está a decorrer dentro da normalidade. O representante da Guarda Nacional Republicana, Joaquim Felício, diz que tudo decorreu como o previsto, que foram realizadas por eles acções de sensibilização e que acompanharam a segurança das provas e exames escolares.

De seguida, a Presidente do CME passa a palavra aos convidados, ao que o representante do Agrupamento Escolar Dr. Manuel Fernandes, Alcino Hermínio, refere que não se sente muito à vontade para fazer o balanço do 3º período, pois tomou posse no passado dia 1 de Julho. Assim, não identifica problemas muito graves, mas em relação ao próximo ano lectivo apresenta uma proposta para o CME: É importante aproveitar a existência do Conselho Municipal de Educação para, de preferência noutras alturas menos sobrecarregadas, haver um ponto da ordem de trabalhos para debater um assunto que preocupe um conjunto de escolas. Do debate desse tema

podia surgir uma estratégia para resolver esses problemas. A proposta é então no sentido de reunir fora dos períodos de início de ano com um ponto único na ordem de trabalhos.

O representante da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, João Quinas, informa que o ano foi bastante positivo e que teve um conjunto significativo de actividades conhecidas. Refere ainda que a articulação com as outras escolas presentes foi também muito importante.

O representante da Escola Secundaria Dr. Solano de Abreu, Jorge Costa, refere que as actividades decorreram dentro da normalidade e que foram integralmente cumpridas e que ainda se fizeram outras não previstas. Diz ainda que apesar dos constrangimentos que esta escola teve com as obras de requalificação, a mesma atingiu os seus objectivos, também devido ao apoio imprescindível da Câmara Municipal de Abrantes. Refere que na parte final do ano escolar se sentiu um clima preocupante e de alguma instabilidade dentro da escola, resultante da ansiedade que se tem estado a fazer sentir.

A representante do CLA - Universidade Aberta, Raquel Amaro, refere que as suas actividades decorreram dentro da normalidade.

O Presidente do Conselho Geral do Agrupamento Escolar de Tramagal, Vicente Simões, refere que as actividades correram bem e que cumpriram o planeado. Diz ainda que há um clima de apreensão no seu Agrupamento, devido ao que anda no ar sobre os Mega Agrupamentos.

A Presidente do Conselho Geral do Agrupamento Escolar das Freguesias de Alvega e Concavada, Isilda Nunes, refere que as actividades foram todas cumpridas, apesar do ano lectivo ter sido conflituoso devido ao encerramento da E.B.2,3 Dr. Fernando Loureiro.

Não havendo mais intervenções a Presidente do CME passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos:

3. Avaliação Mocho XXI

Relativamente a este Projecto, a Vereadora da Educação, Celeste Simão, começa por dizer que este projecto começou na E.B.1 de S. Facundo, mas que depressa se generalizou por todas as escolas do 1º ciclo do concelho. O mesmo prevê a existência de um computador portátil para cada dois alunos, o qual deve estar na própria sala de aula e deve ser uma ferramenta a ser utilizada diariamente. No entanto, apesar de haver um computador para cada dois alunos, existem ainda alunos que não o utilizam. Apesar de nenhum professor ser obrigado a utilizá-lo, a autarquia disponibiliza-a a todos. Formação nesta área está a ser ministrada em Torres Novas e Entroncamento, mas mesmo assim, em algumas escolas, estamos a desperdiçar uma ferramenta

de trabalho muito útil aos alunos, mas que em algumas situações os computadores estão fechados nos armários. De ressaltar que cada professor utiliza os manuais/instrumentos de trabalho que quer, mas o município ainda lhes põe à disposição mais esta ferramenta.

Celeste Simão, enquanto vereadora da educação, informou que o Município perguntou a todos os professores do 1º ciclo se querem continuar a manter este projecto, ao que a grande maioria respondeu que sim, que queriam continuar a utilizar esta ferramenta de trabalho. A única escola que assumiu que, por razões várias, teria dificuldades em continuar com este projecto, para já, foi a E.B.1 n.º 3 de Abrantes.

De seguida, o Professor Américo, coordenador do projecto Mocho XXI, apresenta uma retrospectiva do que foi este Projecto (*anexo 3*).

A Presidente do CME, Celeste Simão, passa também a palavra a Manuel Sousa, Técnico Superior de Informática do Município, o qual esteve envolvido neste projecto desde o início. Este refere que o projecto Mocho XXI, é um projecto para os professores e que sentiu muita dificuldade na operacionalização do mesmo, pois as comunicações de anomalias chegavam telefonicamente ao serviço de educação, mas não havia registo escrito, logo não era possível o devido encaminhamento.

Relativamente a esta questão, a Vereadora da Educação, Celeste Simão, informou que o Município pretende rentabilizar os recursos que tem para melhorar este projecto. Logo esta questão só se resolve na partilha e no contacto com as pessoas e na interacção. Não é só com um telefonema que tudo se resolve. Havendo um registo escrito, temos forma de saber explicar porque é que os técnicos não foram às escolas e tentar agilizar e rentabilizar os recursos o máximo possível. Efectivamente este ano está a ser feita uma monitorização do Projecto Mocho XXI, estando a ser questionadas as escolas sobre a sua utilização e o interesse na sua continuidade ou não no próximo ano lectivo.

Não havendo mais intervenções sobre este assunto, a Presidente do CME passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos:

4. Novos Centros Escolares

A Presidente do CME e Vereadora da Educação, Celeste Simão, informa sobre os novos Centros Escolares a construir: Bemposta, Rio de Moinhos e Alferarrede. Refere que estes Centros Escolares estão em fase de projecto, a ser entregue até ao final de Julho e que já se fizeram reuniões de apresentação dos projectos, com o intuito de ouvir e sensibilizar os principais intervenientes neste projecto: Presidentes de Junta, Associações de Pais e Direcções de

Agrupamentos. Diz ainda que estes são projectos inovadores que prevêm um novo paradigma para a educação no nosso concelho.

Relativamente ao Centro Escolar de Tramagal, informa que se está a proceder à realização do projecto para a requalificação a E.B.1 n.º 1 de Tramagal, bem como numa fase mais atrasada para a requalificação da E.B.1 n.º 2 de Abrantes, de Mouriscas e construção dos novos Centros Escolares da Encosta Sul e de Alvega e Concavada.

Não havendo intervenções sobre este assunto, a Presidente do CME passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos:

5. Análise da Resolução de Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de Junho

Relativamente a esta questão, a Presidente do CME e Vereadora da Educação, Celeste Simão, começa por dizer que, contrariamente ao que se esperava, a E.B.2,3 D. Miguel de Almeida vai receber cerca de 103 alunos oriundos da extinta E.B.2,3 Dr. Fernando Loureiro. Isto pode dever-se ao trabalho feito no terreno, com as pessoas. A Rodoviária do Tejo mostrou disponibilidade para fazer o trajecto pela A23, revelando um circuito com uma duração mais curta. O Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, em articulação com a psicóloga da Escola Dr. Fernando Loureiro, desenvolveram acções para mostrar às crianças como podem reagir à mudança de escola. Durante estas acções, as crianças foram manifestando ansiedades e nós fomos registando. Temos como exemplo um grupo de alunos que tinha receio de perder o grupo de teatro. Já fizemos chegar essa preocupação aos Directores dos Agrupamentos.

Relativamente aos pais, foi solicitado às escolas que nos indicassem as dúvidas que os mesmos colocavam. Nesse sentido foram efectuadas algumas reuniões no sentido do esclarecimento dessas dúvidas. Existiam efectivamente questões muito pertinentes, como pais que não sabiam ler e escrever e por isso essa era uma dificuldade também. Foi explicado a esses pais que iriam ter acompanhamento sempre que precisassem, neste processo de matrículas dos seus educandos.

Apesar da autarquia não ter interferência junto dos professores, mesmo assim fez chegar à DRELVT a preocupação acerca da articulação entre agrupamentos.

A Vereadora da Educação, Celeste Simão, refere ainda que a Carta Educativa do Concelho de Abrantes previa a Requalificação da E.B.2,3 Dr. Fernando Loureiro para E.B.1/J.I., mas o desejo dos Pais, Juntas de Freguesias e Autarquia é de construir um novo Centro Escolar de Alvega, à semelhança dos outros centros escolares.

Neste momento o município está a apontar para a transferência dos alunos da E.B.1 e Jardim de infância de Alvega para esta escola, em virtude das más condições dos actuais edifícios destes estabelecimentos de ensino. Esta escola permite-lhes melhores condições para as refeições e Actividades de Enriquecimento Curricular.

Relativamente à Resolução de Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de Junho, a principal questão prende-se com o facto da mesma prever o encerramento de todas as escolas com menos de 21 alunos. A Vereadora da Educação, Celeste Simão, refere que mesmo antes desta proposta, já andava no terreno com os Presidentes de Junta, a reunir com os Pais, de forma a ver o que se podia fazer com estas escolas e com estes alunos. Para além disso, fez muitas reuniões com a DRELVT e esteve sempre disponível para qualquer contacto neste sentido.

A resposta da Autarquia a esta Resolução foi pedir medidas excepcionais de funcionamento para algumas escolas em que a escola de acolhimento apontada não oferece iguais ou melhores condições. Neste sentido, as escolas a encerrar serão Casa Branca, Arrifana, Água Travessa e Abrançalha de Baixo.

No que diz respeito aos supostos "Mega-Agrupamentos", a Vereadora da Educação, Celeste Simão, informou que teve uma reunião com o Secretário de Estado no dia 14 de Junho e que no dia seguinte teve conhecimento da publicação da Resolução do Conselho de Ministros. Diz ainda que independentemente do que se diz, o Governo pretende criar unidades orgânicas que promovam uma escolaridade para todos, desde o pré-escolar ao 12º ano, com um projecto educativo comum. Isto sim, está na base desta Resolução, e das duas, uma: ou contestamos, só por contestar e ficamos por aqui, ou então analisamos o concelho em conjunto, para que quando nos vierem fazer propostas, as possamos apresentar. A Vereadora da Educação refere ainda que numa reunião com o Director Regional de Educação, no dia 23 de Junho, acordaram que não havia mais alterações de momento, a não ser a fusão dos Agrupamentos D. Miguel de Almeida e Alvega e Concavada e a Requalificação do 1º Ciclo. No entanto, é muito provável que esta questão tenha efeitos para o próximo ano lectivo, tendo em conta que há concelhos que o estão a fazer. E se tal acontecer, este trabalho tem que ser feito em primeira instância com o Conselho Municipal de Educação, os Directores de Agrupamentos e Presidentes do Conselho Geral.

Relativamente a esta questão o Director da Escola Secundaria Dr. Solano de Abreu, Jorge Costa, refere que o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida irá fazer um novo regulamento este ano, um novo projecto educativo, irá ter um novo conselho geral, logo o que se pode esperar é que todo este trabalho poderá ser deixado ao lixo.

A representante dos docentes do Pré-escolar, Maria João Ferreira, também pertencente à Direcção do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, refere que, na realidade, gostava de

pedir ao CME que atendesse a todo o trabalho que tem sido feito e a todo o desgaste constante desde à seis anos atrás, com a fusão dos Agrupamentos Moura Tejo, Abrantes Norte e mais recentemente Alvega e Concavada.

O Director do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes, Alcino Hermínio, refere também que recebeu um ofício da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que por unanimidade, contesta todo este processo. Diz ainda que o CME devia tomar uma posição no sentido de só aceitar em Abrantes que haja alteração aos agrupamentos, se o CME chegar à conclusão que as fusões são adequadas e tiver nesse sentido uma posição definida.

Relativamente a esta questão a Vereadora da Educação, Celeste Simão, diz que a Resolução do Conselho de Ministros não refere nada relativamente aos Mega-Agrupamentos. O que se pretendia referir é que, como trabalho de casa, devíamos todos sentarmo-nos e ler a Resolução, pois existe muita gente que ainda não a leu e já fala destas questões, sem um conhecimento mais aprofundado acerca da questão.

O representante dos docentes do Ensino Secundário Público, João Pedro, refere que a única intenção é poupar dinheiro e que nunca põem em causa o argumento pedagógico, logo os objectivos economicistas é que legitimam esta questão, o que nunca é assumido.

O Director do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes, Alcino Hermínio, diz ainda que se assim não fosse, o Governo diria que actualizassem as Cartas Educativas.

O Presidente do Conselho Geral do Agrupamento Escolar de Tramagal, Vicente Simões, diz que concorda com estas posições e com a da Vereadora da Educação, pois considera que deveríamos ser nós a propor ao governo a criação de dois ou três Agrupamentos.

O Director da Escola Secundaria Dr. Solano de Abreu, Jorge Costa, refere que é necessário rever a Carta Educativa e que a mesma pode ser feita e em conjunto com o CME. Diz ainda que se o que se tem falado anteriormente vier a acontecer, tem que ser feito um trabalho muito serio, para se verificar efectivamente que a carta educativa tem interesse para o concelho de Abrantes. Os supostos "Mega-Agrupamentos", tendo em conta a distância física entre as escolas e o Director, irão certamente ter problemas, pelo que considera que não se deve ter medo de verificar quais as melhores opções a seguir para o concelho e parar este processo.

A Presidente do CME e Vereadora da Educação, Celeste Simão, diz que, efectivamente, quer planear as questões educativas do concelho no Conselho Municipal de Educação e que é aqui que se deve delinear a política educativa que queremos para Abrantes. Segundo ela, o CME não se deve manifestar contra a Resolução do Conselho de Ministros, mas sim debruçar-se sobre a mesma, olhar para ela e trabalhar no terreno. No que respeita à Carta Educativa, neste momento não se aponta a monitorização, mas sim a sua revisão. Ela está desactualizada, pelo que

solicita que saia desta reunião um documento para propor à autarquia a revisão da Carta Educativa do Concelho de Abrantes. Sugere que podia ser criado neste CME um grupo de trabalho para se sentar à mesa e discutir esta questão.

A representante da DRELVT, Isabel Cartaxo, concorda com as opiniões atrás manifestadas, mas diz que esta é uma matéria que tem que ser repensada, discutida, ouvidas todas as partes intervenientes e conhecer a realidade educativa do concelho.

Sobre esta questão da monitorização ou revisão da Carta Educativa a Vereadora da Educação, Celeste Simão, diz que a monitorização não chega e não resolve, pelo que o pedido da revisão deverá sair do CME. Neste sentido, ou se assume o Conselho Municipal de Educação como um órgão onde se discutem as coisas e que tem peso dentro do concelho, ou este trabalho terá de ser feito pela Câmara Municipal, sozinha. E segundo a Vereadora da Educação deve fazer-se neste órgão e dentro dele. Assim, saindo desta reunião do CME um pedido de revisão da Carta Educativa, a Câmara Municipal poderia dar início aos procedimentos para a sua revisão. E o trabalho do CME, de reflexão, não iria em nada colidir com o da Câmara Municipal, de garantir a revisão.

Neste sentido, consideram que deve sair desta reunião, a proposta de revisão da Carta Educativa do Concelho de Abrantes, mas que também deve haver uma articulação entre os Directores de Agrupamento de forma a poderem ser discutidas estas questões de uma forma mais correcta e articulada.

Não havendo mais intervenções sobre este assunto, a Presidente do CME passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos:

6. Preparação do ano lectivo 2010/2011

Relativamente a este ponto a Presidente do CME e Vereadora da Educação, Celeste Simão, partilhou uma sua vontade, logo que seja possível, de preparar uma recepção aos professores do concelho de Abrantes, no início dos anos lectivos.

Após breve análise desta questão, e que foi do agrado geral, a Presidente do CME passou ao último ponto da ordem de trabalhos:

7. Outros assuntos

Dado o avançado da hora e o facto de já se terem debatido questões pertinentes para a Educação no concelho de Abrantes, não houve mais intervenções neste ponto da ordem de trabalhos.

Assim, e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pela presidente e respectivo secretário conforme art.º 31, ponto 2 do regimento.

A PRESIDENTE _____

O SECRETÁRIO _____